fb.me/AssociacaoAIDA
linkedin.com/in/aida-associação-695a25100

T. +351 234 302 490 · WWW.AIDA.PT

PALOP NEWS

130 EDIÇÃO MENSAL

2020
OUTUBRO

AIDA
CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO DISTRITO DE AVEIRO

PME QUALIFY
WWW.AIDA.PT

NOTÍCIAS DE ANGOLA

FMI: ANGOLA NÃO RECUPERA DA PANDEMIA ATÉ 2024

O Fundo Monetário Internacional (FMI) considera que as maiores economias da África subsaariana, onde se inclui Angola, não deverão recuperar os níveis de crescimento registados antes da pandemia até 2023 ou 2024.

"A África subsaariana como um todo não deverá regressar aos níveis de crescimento económico de 2019 antes de 2022; nalgumas das maiores economias, como África do Sul, Nigéria e Angola, o crescimento não volta aos níveis pré-crise antes de 2023 ou 2024", lê-se nas Perspectivas Económicas para a África subsaariana, divulgadas pelo FMI.

O FMI mantém a previsão de crescimento negativo para Angola em 4%, e estima que no próximo ano a economia já registe um crescimento, expandindo-se 3,2%, sustentada na subida dos preços do petróleo e nas medidas de apoio à economia.

"Em Angola, a crise juntou-se às vulnerabilidades já existentes; o PIB real deverá contrair-se pelo quinto ano consecutivo, caindo 4% em 2020, reflexo da descida da produção e dos preços do petróleo, aperto nas condições de crédito e declínio na actividade empresarial", lê-se na parte do relatório dedicada a Angola.

"Os preços do petróleo mais sustentados e as medidas de políticas de apoio vão ajudar a recuperar a economia a curto prazo, com o crescimento a regressar a território positivo em 2021, com 3,2%", refere igualmente o documento.

Nas previsões macroeconómicas, o FMI estima que a inflacção suba para 21% este ano e desça ligeiramente para 20,6% em 2021, ao passo que a dívida pública deverá aumentar para 120,3% em 2020 e descer para 107,5% do PIB no ano seguinte, mantendo-se assim as previsões apresentadas na terceira revisão do programa de apoio financeiro do FMI a este país africano, em Setembro.

Contrariando a prática dos últimos anos, o saldo orçamental de Angola deverá ser negativo este ano, prevendo o FMI um desequilíbrio de 2,8%, que melhora para 0,1% em 2021.

A nível regional, o FMI alerta que "a África subsaariana está a lidar com uma crise económica e sanitária sem precedentes, que em apenas alguns meses pôs em causa os ganhos de desenvolvimento dos últimos anos e perturbou a vida e os rendimentos de milhões de pessoas", pelo que "a projecção assume que, para a maioria dos países, algum distanciamento social vai continuar em 2021 e irá desvanecer-se a partir do final de 2022, à medida que a cobertura das vacinas se expande e as terapêuticas melhoram".

O reaparecimento de novos casos em muitas economias avançadas e o espectro de surtos cíclicos na região "sugerem que a pandemia vai provavelmente continuar a ser uma preocupação muito séria durante algum tempo", dizem os técnicos do FMI, notando que a reabertura das economias está a contribuir para já haver sinais de crescimento no segundo semestre.

"Mesmo com custos económicos e sociais elevados, os países estão cautelosamente a começar a reabrir as economias e estão à procura de políticas que reiniciem o crescimento; com um abrandamento das medidas de confinamento, preços das matérias-primas mais altos e melhoria das condições financeiras tem havido alguns sinais de recuperação na segunda metade do ano", lê-se no relatório.

ANGOLA

FMI: Angola não recupera da pandemia até 2024

Presidente angolano quer mais consumo de produtos "Made in Angola"

MOÇAMBIQUE

Banco de Moçambique mantém Taxa de Juro de Política Monetária em 10,25%

FMI discute novo programa de financiamento a Moçambique

CABO VERDE

União Europeia já apoiou Cabo Verde com quase 19 milhões de euros

Cabo Verde espera receita de impostos novamente acima de 20% do PIB

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

3 a 5 milhões de euros para o sector privado nacional

GUINÉ BISSAU

Guiné-Bissau e Senegal vão pedir empréstimo conjunto para financiar vias

DIRECÇÃO E COORDENAÇÃO:
Elisabete Rita | Directora Geral da AIDA

DESIGN E PAGINAÇÃO:
Incograf®

PROPRIEDADE
AIDA CCI

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA:
1000 exemplares

COMPETE 2020 · PORTUGAL 2020 · UNIÃO EUROPEIA Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

PRESIDENTE ANGOLANO QUER **MAIS CONSUMO DE PRODUTOS "MADE IN ANGOLA"**

O Presidente angolano, João Lourenço, referiu recentemente que a produção nacional "começa a ganhar outra vida", contribuindo para o aumento do consumo de produtos 'Made in Angola'.

João Lourenço falava após inaugurar uma fábrica de montagem de electrodomésticos, localizada na Zona Económica Especial, em Viana, nos arredores de Luanda, afirmando-se "bastante satisfeito" com este "sinal" da produção industrial.

O chefe de Estado salientou que, nos últimos dois anos, o sector da agropecuária respondeu de forma positiva à necessidade de maior produção interna de bens alimentares e acrescentou que "em termos de produção industrial, empresários nacionais e estrangeiros que operam em Angola estão também empenhados em aumentar a oferta de bens de consumo para as populações".

A fábrica, notou, produz uma gama de bens que têm uma grande procura doméstica e eram quase exclusivamente importados, uma realidade que se está a transformar com o surgimento de novas unidades para que se passe a consumir mais produtos "Made in Angola".

Angola gastou 288 milhões de dólares (245,2 milhões de euros), entre Janeiro de 2018 e Agosto deste ano, com a importação de máquinas, aparelhos de ar condicionado e aparelhos de produção de frios, adiantou o ministro da Indústria e do Comércio de Angola, Victor Fernandes, na mesma ocasião.

Segundo o responsável, outros projetos similares estão por inaugurar no pólo industrial de Viana e em muitos outros pontos do país, apresentando já resultados animadores, "sobretudo na ousadia da exportação dos seus produtos 'made in Angola' para vários mercados".

A fábrica da ICC Angola, que inicialmente produzia espumas, chapas, tintas, tubos, embalagens e colchões de molas, apostou agora na montagem de ar condicionado, geleiras, arcas, fogões e televisores de marcas globais para oferecer ao mercado angolano e exterior.

"É por isso que neste segmento da indústria ligeira, a ICC Angola é uma de algumas indústrias que já temos em Angola, pelo que a inauguração formal das outras restantes está igualmente para breve", referiu Victor Fernandes.

A ICC Angola garante agora 120 empregos e prevê empregar 250 técnicos em 2021. A fábrica começou a ser construída em Setembro de 2017 e foi concluída em Setembro do ano passado, contando com um investimento de 15 milhões de dólares (13 milhões de euros)

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

BANCO DE MOÇAMBIQUE MANTÉM **TAXA DE JURO DE POLÍTICA MONETÁRIA EM 10,25%**

"A decisão é justificada pelo agravamento dos riscos e incertezas, num contexto em que as perspectivas de médio prazo apontam para uma tendência de aumento de preços em 2021", refere.

A atividade económica encontra-se "reprimida" devido à pandemia de Covid-19, acrescenta o CPMO, no dia em que decidiu, igualmente, manter as taxas da Facilidade Permanente de Depósito (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 7,25% e 13,25%, respectivamente.
Aquele órgão do Banco de Moçambique manteve ainda os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e estrangeira em 11,50% e 34,50%, respectivamente.
O Banco de Moçambique garante que o mercado cambial doméstico continua com níveis adequados de divisas e que as reservas internacionais brutas permitem cobrir acima de seis meses de importações de bens e serviços.
O regulador prevê uma retoma lenta em 2021 e alerta para um aumento da pressão sobre as finanças públicas.
A inflacção deverá subir no próximo ano, mas mantendo-se "na banda de um dígito", ou seja, sem passar de 10%, refere.
A próxima reunião ordinária do CPMO está agendada para 16 de dezembro.
Moçambique tem um total acumulado de 11.331 casos de Covid-19, 79 mortos e 9.165 recuperados (80% do total).

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

FMI DISCUTE NOVO PROGRAMA DE **FINANCIAMENTO A MOÇAMBIQUE**

O FMI garante que os programas de financiamento para este ano são rápidos, por isso encoraja os países a desenvolver "a sua própria recuperação forte e sólida".

O director do departamento africano do Fundo Monetário Internacional (FMI), Abebe Aemro Selassie, admitiu ter iniciado o diálogo sobre um novo programa de financiamento a Moçambique, em contexto pandémico.

Moçambique tem afirmado publicamente que existe a necessidade de um programa de financiamento por parte do FMI para equilibrar os desafios macroeconómicos que o país já enfrentava e que só se aprofundaram no contexto actual de pandemia da COVID-19. Este ano, o PIB do país deve registar um crescimento económico negativo, a rondar os 0,5%.

Durante a conferência de imprensa, que serviu para apresentar as Perspetivas Económicas para a África Subsaariana, Selassie respondeu: "Sim, as autoridades expressaram interesse em ter um programa de apoio financeiro, e estou muito satisfeito de começar as negociações sobre isso"

No entanto, deixa um aviso, dado que este ano, os programas de financiamento são rápidos, encoraja os países a desenvolver"a sua própria recuperação forte e sólida".

Relativamente à situação de terror vivida em Cabo Delgado, a norte do país, o economista também mostrou "grande preocupação" com os ataques e lembrou outros casos em que a violência tem- se verificado nos países vizinhos. "Na bacia do Lago Chade, com o Boko Haram, também há desafios de segurança no Mali que contaminam a Nigéria, o Burkina Faso e grandes partes do Sahel", apontou Selassie, vincando que "é preciso procurar soluções para combater esta ameaça, é muito importante, não só para Moçambique, mas também para os países vizinhos".

Há três anos que Cabo Delgado é alvo de ataques armados por terroristas. Até agora, cerca de 250 mil pessoas tiveram de ser deslocadas e mais de mil sucumbiram.

FONTE: MERCADO – FINANCE AND ECONOMY

UNIÃO EUROPEIA JÁ APOIOU CABO VERDE COM QUASE 19 MILHÕES DE EUROS

Além desses desembolsos no âmbito da pandemia, a embaixadora Sofia Moreira de Sousa disse que a União Europeia continua a trabalhar com muitos projectos de "valores consideráveis", com a sociedade civil e com várias instituições cabo-verdianas.

A União Europeia já apoiou Cabo Verde com quase 19 milhões de euros para o país fazer face às medidas emergenciais e para a retoma económica após a pandemia da Covid-19.

Segundo a embaixadora da União Europeia (UE) em Cabo Verde, Sofia Moreira de Sousa, o primeiro desembolso aconteceu em Abril, no valor de cinco milhões de euros, seguido em Julho com mais 12,25 milhões de euros para os cofres do Estado.

"São contribuições que não implicam o reembolso, ou seja, não são empréstimos, são contribuições directas aos cofres do Estado para apoiar na implementação das medidas decretadas de apoio às pessoas em situação de maior vulnerabilidade", salientou Sofia de Sousa.

A juntar a esses valores, a representante deu conta ainda de um apoio de 1,4 milhões de euros ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), para as pessoas e pequenas e microempresas em nome individual, que ficaram sem rendimentos.

"Estamos a pensar desde os taxistas até às pessoas que trabalham na área no turismo, com turistas, artistas", ilustrou a embaixadora da UE, ressalvando que os critérios de apoio foram estabelecidos pelas autoridades nacionais de Cabo Verde, que são responsáveis por aplicar as verbas.

Além desses desembolsos no âmbito da pandemia da Covid-19, Sofia Moreira de Sousa disse que a União Europeia continua a trabalhar com muitos projectos com Cabo Verde, com "valores consideráveis", com a sociedade civil e com várias instituições.

E uma dessas instituições é o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), ao qual a UE disponibilizou 500 mil euros para a fase preparatória do quinto Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2020), que deveria arrancar em julho passado, mas foi adiado para o mesmo mês de 2021 devido à pandemia da Covid-19.

A operação de recenseamento está estimada em 3,2 milhões de euros, cofinanciada pelo Luxemburgo, ao abrigo do quarto Programa Indicativo de Cooperação (PIC) entre os dois países.

Sofia Moreira de Sousa disse ainda à Lusa que a União Europeia está a trabalhar com as autoridades cabo-verdianas para um "importantíssimo projecto", de extensão dos portos das ilhas do Maio e do Sal, na Palmeira, e uma série de medidas de acompanhamento no valor de 17 milhões de euros.

"São valores muito consideráveis atendendo que tudo se trata de contribuições diretas, ou seja, não são empréstimos, não há reembolso mais tarde", frisou nas declarações à Lusa, na cidade da Praia, no âmbito de um evento do INE para assinalar o Dia Mundial de Estatísticas.

A União Europeia e Cabo Verde estão a trabalhar neste momento para o próximo pacote financeiro 2021 – 2027, com a recolha de subsídios por parte dos diferentes Ministérios e diálogo com a sociedade civil, deu conta ainda a representante.

Cabo Verde tinha até segunda-feira um total acumulado de 7.800 infeções, desde 19 de Março, dos quais 87 óbitos e 6.620 casos já foram dados como recuperados.

FONTE: ECV COM LUSA EM SAPO – O JORNAL ECONÓMICO

CABO VERDE ESPERA **RECEITA DE IMPOSTOS** NOVAMENTE **ACIMA DE 20% DO PIB**

O Governo cabo-verdiano prevê que as receitas com impostos voltem a ultrapassar os 20% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, acima de 366 milhões de euros, depois da forte quebra este ano, devido à crise provocada pela Covid-19.
Na proposta de lei de Orçamento do Estado para 2021, ainda fortemente marcado pela crise sanitária e económica provocada pela pandemia, as receitas fiscais deverão ter um peso de 20,9% do PIB no próximo ano, depois dos 18,5% previstos para 2020.
No Orçamento Retificativo para 2020, que entrou em vigor em Agosto, aprovado devido à pandemia de Covid-19, o Governo inscreveu a previsão de arrecadar 33.953 milhões de escudos (306,6 milhões de euros) com a receita fiscal, uma quebra de 19,2% face a 2019.
A previsão do Governo, para 2021, é de arrecadar 16.028 milhões de escudos (144,7 milhões de euros) com o Imposto sobre o Valor Acrescentando (IVA) e 10.993 milhões de escudos (98,7 milhões de euros) com o Imposto sobre o Rendimento, as duas principais receitas fiscais do Estado.
A proposta de Orçamento do Estado para 2021 ascende a 77.896 milhões de escudos (706,4 milhões de euros), o que corresponde a um aumento de 27,3 milhões de euros em relação ao Orçamento retificativo ainda em vigor, elaborado devido à crise provocada pela pandemia de Covid-19.
"Nunca o Estado foi chamado a intervir como hoje. E a intervenção do Estado significa gastar", afirmou, no início de Outubro, o vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia, depois de entregar a proposta orçamental no parlamento, indicando a saúde, educação, protecção social e dos rendimentos, e apoio às empresas como algumas das áreas de maior investimento.
Depois de uma recessão histórica, entre 6,8% e 8,5% este ano, o ministro avançou que as previsões apontam para um crescimento económico no próximo ano de 4,5%, mas só se o país conseguir controlar a pandemia e se verificar um desconfinamento em todo o mundo.

FONTE: LUSA EM ECONOMIA AO MINUTO

3 A 5 MILHÕES DE EUROS PARA O SECTOR PRIVADO NACIONAL

O Ministro das Finanças Osvaldo Vaz, anunciou para o país, que os cofres do Estado santomense acusaram um encaixe de mais de 3 milhões de euros, para financiar uma linha de crédito a favor do sector privado nacional.

«O crédito já está disponível. A partir de agora é só apresentar os projectos à Agência de Promoção de Investimentos. O valor já está disponível no Banco Central», assegurou o ministro das Finanças.

O montante que evolui entre 3 e 5 milhões de euros, foi angariado junto aos parceiros internacionais. Segundo o Ministro, a pandemia da Covid-19, impôs dificuldades e gerou crise mundial. Mas, ao mesmo tempo abriu oportunidades.

Pois, foi por causa da Covid-19, e a necessidade de São Tomé e Príncipe responder aos impactos da doença, sobretudo no capítulo da recuperação da atividade económica, que o BAD, o Banco Mundial, o Banco Europeu e outros parceiros multilaterais, deram contributos, para financiar a linha de crédito para o sector privado santomense.

«Os sectores a beneficiar são agropecuária, pesqueiro, turismo, restauração, transformação de produtos, todos os sectores produtivos que têm valor acrescentado para a economia», detalhou o ministro das finanças.

A Agência de Promoção de Comércio e Investimentos (APCI), coordena o processo de atribuição da linha de crédito. Segundo Rafael Branco, Director da Agência de Promoção de Comércio e Investimentos de São Tomé e Príncipe, os candidatos ao benefício da linha de crédito, devem submeter o projecto de viabilidade do investimento.

«Nós sabemos que é difícil muitas vezes, para um empresário do sector agrícola, ou pesqueiro ter condições para elaborar um projecto.

A comissão de avaliação tem as fichas de projecto elaboradas juntamente com os ministérios sectoriais. As pessoas podem ter acesso a essas fichas e preencher os requisitos do projecto. Desde o orçamento do projecto, o plano de negócios, etc», afirmou Rafael Branco.

A APCI, promete ajudar os investidores na elaboração dos projetos, porque o objectivo principal, segundo o director, é que as ideias e iniciativas privadas santomenses possam crescer e galvanizar a economia. A linha de crédito concedida pela comunidade internacional, é uma oportunidade.

O Ministro das Finanças, fixou em 50 mil euros, como o tecto máximo do crédito a ser concedido. «O valor máximo do crédito a ser concedido ao sector privado é de 50 mil euros. Mas, vai depender do projecto e do estudo de viabilidade a ser feito», frisou.

Com uma margem de juros que varia entre 3,5 e 5 %, o crédito a ser concedido ao sector privado só será desbloqueado após avaliação financeira rigorosa dos Bancos Comerciais.

Rafael Branco, hoje Director da Agência de Promoção de Comércio e Investimentos de São Tomé e Príncipe, e no passado tendo desempenhado o cargo de Primeiro ministro, conhece os diversos fracassos somados por São Tomé e Príncipe em matéria de gestão de créditos ao sector privado nacional.

O país sempre reclamou por falta de linha de crédito, para implementação de negócios, e dinamização do sector empresarial. Busca-se o crédito de todo jeito. Mas, depois de receber o dinheiro, tendencialmente a maioria do sector privado, não paga o crédito. Créditos mal parados, é uma das principais causas da falência de bancos comerciais no país.

O chefe da agência de promoção de comércio e investimentos, alertou para o facto de o país não poder falhar desta vez.

Rafael Branco explicou que os parceiros concederam o dinheiro, mas estão atentos quanto à sua utilização. Segundo Rafael Branco se a linha de crédito for bem executada, de forma responsável e transparente, os parceiros prometem renovar o financiamento, e até aumentar o valor da linha de crédito.

FONTE: TÉLA NÓN

NOTÍCIAS DE GUINÉ BISSAU

GUINÉ-BISSAU E SENEGAL VÃO PEDIR EMPRÉSTIMO CONJUNTO PARA FINANCIAR VIAS

A Guiné-Bissau e o Senegal vão pedir um empréstimo conjunto para financiar a melhoria de vias rodoviárias entre os dois países, anunciou o ministro da Economia guineense, Vítor Mandinga.

"O Banco Africano de Desenvolvimento, com a intervenção do meu colega [do Senegal], deu-nos uma boa oportunidade de ver este projecto multinacional entre a Guiné-Bissau e o Senegal., afirmou o ministro.

"Cerca de 87% das nossas estradas estão intransitáveis. Só esta constatação dá a obrigação ao Governo e convida os irmãos senegaleses e outros irmãos de África e parceiros internacionais para apoiarem os esforços da Guiné-Bissau no sentido de garantir a melhoria das infraestruturas rodoviárias de base, mas também outras infraestruturas, quer industriais, quer do plano do ordenamento agroindustrial, hidroagrícola, quer a ainda a nível energético", salientou o ministro.

Em relação à administração pública, Vítor Mandiga salientou a importância da reforma do setor.

"Como sempre temos dito temos 16 funcionários para cada 1.000 habitantes. O Senegal com 16 milhões de habitantes tem apenas sete funcionários por cada 1.000 habitantes. Há países que têm cinco funcionários para cada mil habitantes. Vejam a desproporção", disse. A Guiné-Bissau tem uma população de cerca de dois milhões de habitantes.

"Nós gastamos 76% das nossas receitas fiscais para pagar salários. Onde é que vamos sair com dinheiro para investimento público?", questionou o ministro, salientando que é preciso indemnizar pessoas e contribuir para a sua reinserção social e produtiva.

Já o ministro do Senegal destacou a importância de os dois países terem "administrações eficazes, que trabalhem com celeridade e que tenha igualmente os efectivos requeridos". "Falámos sobre como podemos apoiar e melhorar o nível", acrescentou.

O ministro senegalês disse também que deu a conhecer ao seu homólogo diferentes modelos utilizados pelo seu país no desenvolvimento agrícolas, financiamento a jovens e mulheres para começarem o seu próprio negócio, e de produção e fornecimento de energia eléctrica por privados.

FONTE: ECONOMIA AO MINUTO